

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Os desafios e os impactos da flexibilização do porte de armas no Brasil para a segurança pública”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Não se esqueça: seu texto deve ter mais de 7 (sete) linhas e, no máximo, 30 linhas.

### TEXTO I

No primeiro ano de vigência, em 2004, o Estatuto do Desarmamento reduziu o número de assassinatos por arma de fogo no Brasil de pouco mais de 20 para 19 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

A lei que restringe a venda e o porte de armas no país e que pode ser revogada por um projeto de lei em tramitação na Câmara interrompeu uma estatística com tendência de alta de quase 7% a cada ano.

Além disso, os casos de mortes por acidente e suicídios com armas de fogo caiu pela metade.

Os dados são do Mapa da Violência, pesquisa divulgada em 2014 com apoio da Unesco.

Daniel Cerqueira, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, resume o efeito do estatuto sobre o índice de mortes: “O Estatuto do Desarmamento, se não fosse ele, e se a gente, se a trajetória dos homicídios seguisse a que vinha antes do Estatuto do Desarmamento, a gente teria tido a mais 121 mil homicídios no Brasil. Então, o estatuto, ele foi uma lei que poupou vidas.”

O pesquisador analisou o que aconteceu com o índice de violência nas regiões que mais conseguiram tirar armas das ruas, uma das exigências do Estatuto do Desarmamento. Ele comparou com aqueles onde a quantidade de armas de fogo na mão da população permaneceu o mesmo.

A conclusão é que os lugares onde mais armas foram apreendidas apresentaram taxas de homicídio até oito vezes menores.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/493968-PORTE-DE-ARMA-ESTATISTICAS-POEM-EM-DUVIDA-EFICACIA-DO-ESTATUTO-DO-DESARMAMENTO-BLOCO-2>

### TEXTO II

O debate sobre o direito de possuir armas é antigo no Brasil. Ao contrário dos Estados Unidos, onde este direito foi conquistado ao mesmo tempo que o país fazia sua independência, o porte e a posse de armas não foi facilitado ao cidadão comum.

Os defensores desta prática argumentam que um cidadão armado torna-se um potencial ajudante das forças de segurança da sua região. Se muitos possuem uma arma, o criminoso pensaria duas vezes antes de atacar alguém, pois suas chances de sair ileso diminuem.

Igualmente, alega-se a necessidade de defesa pessoal. Por isso, qualquer um pode ter uma arma a fim de defender a si mesmo, sua propriedade ou sua família.

Há aqueles que lembram sobre os direitos que o Estado pode restringir ou não aos seus cidadãos. Por este lado, ao negar a posse de arma, o Estado estaria negando um direito do consumidor, pois as armas são produtos como qualquer outro.

Ainda há a tese que uma população armada estaria mais capacitada para defender-se de um ataque cometido por um exército.

Por fim, ao facilitar o acesso às armas de fogo, o povo armado poderia ser um obstáculo para os governantes que pensam em se perpetuar no poder. Afinal, de posse de armas, o próprio povo impediria que isso acontecesse.

<https://www.todamateria.com.br/porte-de-arma/>

## TEXTO III



<https://sindojuspb.org/2013/01/14/presidente-dilma-rousseff-veta-projeto-de-liberacao-de-porte-de-arma/>